



# www4.fsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 3, art. 14, p. 265-282, mai./jun. 2019 ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983 http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.3.14



Do Sujeito Empático ao Sujeito Informacional: Relações Epistemológicas Acerca da Responsabilidade Social na Ciência da Informação

From the Empathic Subject to the Informational Subject: Epistemological Relations About Social Responsibility in Information Science

### Maria das Graças Targino

Pós-Doutorado em Jornalismo pela Universidad de Salamanca Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília Professora da Universidade Federal da Paraíba E-mail: gracatargino@hotmail.com

#### Sérgio Rodrigues de Santana

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba E-mail sergiokafe@hotmail.com

#### Joana Coeli Ribeiro Garcia

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Professora da Universidade Federal da Paraíba E-mail: nacoeli@gmail.com

#### Edivânio Duarte de Souza

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais Professor em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba E-mail: edivanio.duarte@ichca.ufal.br

Endereço: Maria das Graças Targino

Rua Aviador Irapuan Rocha, 2101 apto 501 Bairro: Fátima, 64049-518 Teresina – Piauí, Brasil.

Endereço: Sérgio Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitaria, PB, 58051-900 Brasil.

Endereço: Joana Coeli Ribeiro Garcia

Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitaria, PB, 58051-900 Brasil.

Endereço: Edivânio Duarte de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitaria, PB, 58051-900 Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 27/02/2019. Última versão recebida em 18/03/2019. Aprovado em 19/03/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

**Agências de Fomento**: Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).





#### **RESUMO**

A reflexão individual descortina parcialmente as paixões refletidas na Ciência da Informação (CI), no fluxo informacional e em seu entorno, o que inclui a responsabilidade social (RS). Objetiva-se, pois, traçar uma reflexão epistemológica quanto à RS no âmbito da CI. Para tanto, utiliza-se a abordagem qualitativa, o método compreensivo-descritivo-interpretativo e a psicanálise do conhecimento científico como fio teórico no retorno à individualidade do pesquisador, às coisas primeiras e aos sujeitos civilizados. Na Ciência da Informação, a responsabilidade social emerge da empatia e do sujeito empático e é orientada pela informação. No caso do sujeito informacional, a responsabilidade social diz respeito aos fatores sociais: produção e disseminação da informação; vigilância do acesso e do uso da informação, em nível individual e social, acrescidos de rigorosa análise dos reflexos da informação, ambos os processos orientados para a promoção das melhorais individuais e sociais na sociedade da informação. Diante do objetivo proposto, é evidente que o artigo nem possui resultados nem inferências definitivas, o que conduz à solidificação de reflexões mais consolidadas.

Palavras-chave: Responsabilidade social da Ciência da Informação. Empatia - Ciência da Informação. Epistemologia – Ciência da Informação.

#### **ABSTRACT**

The individual reflection can partially reveal the passions reflected in Information Science (IS), in the information flow and in its surroundings, which includes social responsibility (SR). Therefore, this article aims to draw an epistemological reflection about the social responsibility in the scope of the Information Science field. To achieve the proposed, the approach, the comprehension-descriptive-interpretative method and the psychoanalysis of scientific knowledge as the theoretical thread are used in the return to the individuality of the researcher, to the first things and to the civilized subjects. In Information Science, social responsibility emerges from empathy and the empathic subject, and it is informed by the information flow. In the case of the informational subject, social responsibility refers to social factors: production and dissemination of information; surveillance of access and use of information, at individual and social level, plus a rigorous analysis of information reflexes, both processes oriented to the promotion of individual and social improvements in the information society. In view of the proposed objective, it is clear that the article has neither definitive results nor inferences, which leads to the solidification of more consolidated reflections.

**Key words**: Social Responsibility of Information Science. Empathy –Information Science. Epistemology – Information Science.



# 1 INTRODUÇÃO

Trata-se de estratégia epistemológica fundamental refletir, por meio do sentimento de pertencimento, da vigilância crítica e científica no contexto da produção científica, o que é, de fato, tal estratégia. Nessa perspectiva, a reflexão tem origem no universo do próprio indivíduo-pesquisador, partindo-se da premissa de que é ele comprometido, de forma ética, com seus trabalhos de investigação, o que, invariavelmente, vai aparecer em seus resultados, cujos conteúdos informacionais refletem-se no interesse individual, grupal e social, o que se dá de forma empática, haja vista que, conforme colocações de Bachelard (1996); Bauman (2001); e Hessen (2003), na sociedade da informação / sociedade da aprendizagem / sociedade do conhecimento (e outras expressões similares), inexistem esforços de negociação de compreensão, concessões e empatia.

Assim sendo, urge suspender a psique, a qual é interseccionada e mediada por influências inconscientes dos sujeitos civilizados que são os diversos egos do pesquisador. É o executivo da personalidade. É o princípio da realidade. É a parte que se demostra ao outro e aos pares. É ele cativo dos desejos do id. Ou seja, o ideal do ego busca, sempre, uma maneira adequada de realizar os desejos do ego, mesmo com o risco de as regras ditadas serem vetadas pelo superego, como Atkinson et al. (2002) apregoam.

Eis que surgem a diversificação do sujeito: sujeito empático, sujeito ético, sujeito moral, sujeito responsável, sujeito tácito e/ou sujeito informacional. A respeito deste último, é essencial retomar a ideia concebida por Polanyi (1966). Tanto ele quanto Nonaka e Takeuchi (1997) não tratam de sujeito tácito e/ou sujeito informacional, e, sim, de conhecimento tácito ou inconsciente e de conhecimento explícito. Isto porque, o conhecimento advindo de experiências e vivências de cada um caracteriza-se como tácito, físico e subjetivo, enquanto o conhecimento da racionalidade tende a ser explícito, metafísico e objetivo. Recorrendo à metáfora do iceberg, para Nonaka e Takeuchi, o conhecimento explícito representa seu topo visível. Isto é, o explícito assume caráter formal e sistemático, o que possibilita compartilhamento com os demais via dados, informações e modelos, podendo ser processado, armazenado e transmitido em diferentes suportes (impressos, digitais, eletrônicos) e diferentes materiais, como livros, blogs, dicionários, textos eletrônicos, compêndios, etc.

De qualquer forma, como Araújo (2013); Baudrillard (2003); e Polanyi (1966) relembram, o mais relevante é destacar que o conhecimento envolve diferentes dimensões. Entre elas, destaque para o Estado Anômalo do Conhecimento ou Anomalous State of Knowledge (ASK), de Belkin (1980), essencial para a construção do paradigma cognitivo,

cujo objeto central de análise reside na estrutura de conhecimento dos usuários de sistemas. Eles tentam buscar determinadas informações com base em suas demandas ou em situaçãoproblema no que se refere ao estágio de conhecimento do ser humano e, obviamente, na sociedade contemporânea, acesso e uso das informações circulantes são marcados pela intermediação das tecnologias de informação e de comunicação, as chamadas TIC. De fato, desde o início, a Gestão do Conhecimento (GC) sempre manteve estreita conexão com a informática, o que favorece posicionar cada um dos tipos de conhecimento em relação às TIC.

Segundo Teixeira (2001), a suspensão da psique é feita por meio do detentor do conhecimento que possibilita emergir em qualquer sujeito, ênfase para os pesquisadores, a consciência sobre a operabilidade do inconsciente. Este fato permite descortinar - ainda que parcialmente – as paixões dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos advindos do senso comum, ambos estruturados por delírios, devaneios e fantasias do pesquisador, que conserva, em qualquer circunstância, traços singulares que o tornam uno.

As reflexões epistemológicas individuais objetivam as reconfigurações de um objeto científico, teorias, técnicas e tecnologias epistêmicas, conceitos e comportamento científico e senso comum. Tais ponderações epistemológicas, na perspectiva de Bachelard (1989, 1996) e Hessen (2003) pretendem apreender as perspectivas do futuro da Ciência da Informação (CI), para imaginar (sem delírios, devaneios e fantasias), com criatividade científica, sobre o universo informacional das gerações de amanhã.

Como a informação consiste em elemento interdisciplinar, polissêmico, fractal e caleidoscópio, na opinião de Capurro e Hjørland (2007), demanda vigilância crítica e racional, em especial, no que concerne aos fenômenos do entorno, como a responsabilidade social (RS). Esta, de forma sintética, alude ao comprometimento das organizações empresariais em contribuírem para uma sociedade equânime e para um ambiente saudável. Logo, seu conceito estende-se em dois níveis. Primeiro, o nível interno, referente aos trabalhadores e a todos os segmentos afetados na esfera da empresa e que podem, portanto, influenciar nos resultados. Segundo, o nível externo que corresponde às decorrências das ações sobre os parceiros de negócio e o meio ambiente onde as organizações estão inseridas.

Diante do exposto, objetiva-se traçar uma reflexão epistemológica quanto à RS no âmbito da CI, como objeto científico e ação social, focando algumas das variáveis e dos sujeitos que a constitui. Para tanto, utiliza-se a abordagem qualitativa, o método compreensivo-descritivo-interpretativo (MASINI, 2004) e a psicanálise do conhecimento científico como fio teórico no retorno à individualidade do pesquisador, às coisas primeiras e aos sujeitos civilizados. De fato, as metodologias qualitativas da pesquisa científica inseremse no paradigma construtivista e, por conseguinte, com ênfase para as ciências humanas e sociais, rompem com o paradigma positivista. A abordagem qualitativa destaca seu carácter compreensivo, descritivo e interpretativo com que analisa os fenômenos sociais, valorizando as ações e a função ou papel dos indivíduos em sua interferência no construto social da realidade. Esta é, então, revelada mediante os significados atribuídos pelos sujeitos, ao tempo em que, como inevitável, reconhece a subjetividade inerente à produção do conhecimento sociológico.

Sob tal ótica, a justificativa maior do estudo é alcançar reconsiderações do conceito de responsabilidade social na Ciência da Informação, uma vez que, inevitavelmente, os conceitos mantêm algo suprimido, distorcido, exacerbado e rupturas do saber face aos reflexos valorativos científicos e ao senso comum dos pesquisadores, do nível inconsciente para o consciente, segundo considerações de Anglin (1982) e Garcia, Targino e Dantas (2012).

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 Ciência da informação e sujeito informacional

Para Bachelard (1996); Hessen (2003); e Lecourt (1980), a psicanálise do conhecimento científico constitui referencial teórico que cabe como estratégia epistemológica para diversos contextos científicos. E na CI a reflexão do espírito (pensamento) científico atravessa diferentes perspectivas, com destaque, no caso deste estudo, da individualidade do pesquisador em CI quanto ao desejo de produzir conhecimentos sobre a própria informação e sobre a RS. É a psicanálise do conhecimento científico que favorece a análise de aspectos valorativos científicos e do senso comum do cientista da informação quanto à sua individualidade para descortinar a RS e estabelecer comportamento ético na pesquisa.

A discussão sobre a individualidade do pesquisador encontra terreno fértil na CI por duas razões básicas. A priori, é ela caracterizada pela interdisciplinaridade, o que permite, como Saracevic (1996) acentua, que contribua, por meio de multiolhares, rumo ao seu objeto de estudo de natureza científica. Ademais, a CI possui caráter social, suprindo as necessidades tecnológicas e informacionais dos cidadãos. São duas motivações que incidem sobre a natureza, a gênese e os efeitos da informação, que agregam sujeito, demandas informacionais e tecnológicas e o convívio social, condições que se instanciam por processos, os quais incluem produção, organização, disseminação, armazenamento, recuperação, acesso e uso das (GARCIA, 2002; LE COADIC, 1996).

A categoria efeito, a que Le Coadic (1996) se refere, compreende a transcendência técnica para dar sentido ao papel da informação na vida psicológica e social dos sujeitos informacionais. O termo gênese refere-se, no caso, ao sujeito na pesquisa e às influências conscientes e inconscientes que marcam processos, em especial, os de produção e de disseminação da informação, ou seja, os conhecimentos valorativos científicos e o senso comum dos pesquisadores. Os sujeitos informacionais são mais de que evidência empírica entre humanos, documentos e informação, segundo palavras textuais de Araújo (2013, não paginado), pois, os

> [...] sujeitos informacionais acrescentam algo à ideia de "sujeito." Não se trata apenas de se estudar pessoas, sujeitos em si ou em seus aspectos sociais [...], subjetivos [...] ou culturais [...]. Estudar os indivíduos no campo da Ciência da Informação significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação, e que essas ações os constituem enquanto um tipo particular de sujeitos – justamente os sujeitos informacionais.

Assim, eles se relacionam com amplo campo de construção de diferentes objetos científicos, que compreende corpo e psique transcendido pelo acesso e pelo uso da ação e da informação na construção social. O pesquisador e os sujeitos informacionais são conhecedores, sobretudo, de que nada sabem, a exemplo do que Araújo (2013); Borko (1968); e Vreeken (2002) retomam. Eis uma reflexão existencialista por natureza epistêmica, uma vez que "sabemos mais do que podemos dizer" (POLANYI, 1966), indo além do que assimilamos e acomodamos como conhecimento, sobretudo, no que refere ao conhecimento do que cada um sabe sobre si mesmo e à constatação (ou não) de que o pesquisador está se comportando de forma ética no exercício pessoal e profissional.

A reflexão ora exposta, em nível individual e na CI, encontra lugar na psicanálise do conhecimento científico, uma vez que representa um movimento interior do pesquisador que emerge dele como insight e que, ao retornar a ele, reflete, em especial, sobre seu fazer científico. A respeito, Bachelard (1996, p. 15) apresenta a psicanálise do conhecimento científico, como:

> [...] efeito, de encontrar a ação dos valores [...] na própria base do conhecimento empírico e científico. Cumpre-nos, pois, mostrar a luz recíproca que vai constantemente dos conhecimentos objetivos e sociais aos acontecimentos subjetivos e pessoais, e vice-versa. Cumpre-se mostrar, na experiência científica, os vestígios da experiência infantil.

Teixeira (2001) reforça que a interseção pela psicanálise do conhecimento científico para estabelecer a ética na CI figura como estratégia para que o campo não seja influenciado de forma militante pelas paixões que incluem poder e saber, além de atravessarem delírios, devaneios e fantasias ao qual todos os pesquisadores, na condição genuína de ser humano, se entregam ao longo de suas vidas.

## 2.2 Empatia e sujeito empático na ciência da informação

A empatia é a capacidade cognitiva de um sujeito colocar-se no lugar do outro de forma psicológica e geográfica que emerge por afetividades, sentimentos e emoções. Como decorrência, atua como elemento-chave que abre duas portas: uma para a harmonia social; outra para a degradação de corpos e psiques. Assim, em consonância com Ranieri e Barreira (2012), é preciso tratá-la como temática preliminar e fundante de qualquer reflexão sobre o mundo circundante, a comunicação interpessoal, as diversas formas de associação humana e o valor da relação ética presentes, também, no contexto acadêmico. Assim, a empatia configurase no contexto acadêmico como meta-objeto de análise que favorece condições para entender, ainda, ética, moral e responsabilidade, que também são variáveis, capazes de fazer emergir e, ao mesmo tempo, consubstanciar a RS em parceria com a empatia, como Mayernyik e Oliveira (2016) reafirmam.

Os estudos da empatia podem focar aspectos de base social – perspectiva do estudo – marcando o estágio civilizatório mais elaborado das relações humanas. Isso se dá, também, por meio da multiculturalidade grupal, em que diversos agrupamentos étnicos-raciais e culturais coexistem num mesmo espaço geográfico, graças à utilização das TIC, que promovem, cada vez mais, a fragmentação do território geográfico (KROPOTKIN, 2012; SANTANA; MARTINS; SILVA, 2016). Ao focarem nos aspectos sociais da empatia, Ranieri e Barreira (2012) acreditam ser possível facilitar a tomada de consciência da empatia como elemento intersubjetivo, a depender da formação diferenciada dos sujeitos. No momento em que a empatia se torna intersubjetiva graças às práticas educacionais e à disseminação da informação, tendo como agente facilitador o sujeito informacional, em tese, na visão de Schutz (1967), se dá a produção do pensamento empático subjetivo, uma vez que o indivíduo integra aspectos biológicos e sociais num processo concomitante. Toda função psíquica necessita de um equipamento orgânico que, por sua vez, clama pela intervenção da cultura para a devida e necessária atualização, como La Taille (1992) afirma. O sujeito é submetido, na opinião de Chabet (2004), à realidade externa em termos de representação.

Levando em consideração os aportes constantes da CI, a empatia impõe-se como fenômeno da cognição humana. Ainda que surja de afetividades, sentimentos e emoções (intersubjetividade) para o nível da subjetividade, cujos fatores externos são produção e disseminação de informações orientadas para a promoção de avanços sociais, vigilância do acesso e do uso da informação, e análise dos reflexos da informação, estes fatores, inevitavelmente, podem conduzir a empatia até a RS. Quanto aos fatores externos, ocorre (ou não) parceria entre o sujeito empático e o sujeito informacional: o primeiro produz o desejo; o segundo, assegura a RS.

Assim, no fluxo da empatia, os pesquisadores devem primar pelo cuidado em torno de si próprio, promovendo o autoconhecimento para alcançar o outro e a realidade exterior. É preciso, também, que o sujeito informacional avalie, com cuidado, sua parceria com o sujeito empático, uma vez que ele sofre influência de paixões sentimentalistas subjacentes ao assistencialismo e à filantropia, fatores que impedem o crescimento individual. Na visão de Garcia et al. (2015) e Garcia, Targino e Dantas (2012), na esfera da RS, as paixões do sujeito empático afetam diretamente a ação do pesquisador e do objeto de estudo.

#### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

# 2.1 Ética e sujeito ético: diferenças entre empatia e moral

A ética não é um fenômeno acabado ou uma receita. Consiste em reflexão teórica, científica ou filosófica do comportamento individual do sujeito em sociedade e, segundo Outhwaite e Bottomore (1996), caracteriza-se como avaliação do caráter do sujeito. Pensar em ética na pesquisa científica significa pensar de forma epistemológica, embora, do ponto de vista filosófico, Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 21) argumentem que a ética permeia o desenvolvimento de povos e nações, sobretudo, das áreas de saber. Quando o foco é o contexto acadêmico, a ética se inicia desde o momento em que o cientista da informação reflete para além da "[...] gênese, do fluxo e/ou da utilização da informação e privilegia, de forma consciente, os aspectos sociais que envolvem a própria informação e seu ciclo." Quer dizer, a ética é um conceito fundamental quanto à atuação do profissional da informação e de suas práticas na CI, em especial, quando a RS é o objeto de estudo, como Silva e Garcia (2017) acrescem.

Pensar em ética é pensar em liberdade, mas requer trazer outro fenômeno, presente de forma residual em suas discussões. Trata-se da moral. Decerto, são elementos distintos, não obstante, tanto no senso comum quanto no universo científico, serem considerados, vez por outra, de forma equivocada, como similares, face ao mito de que tudo que é ética é também moral e vice-versa. No entanto, a moral vincula-se à religião e não possui força empática, uma

vez que o sujeito moral não se posiciona no lugar do outro, mas permanece em seu lugar psicológico, como Hessen (2003) e Karnal (2016) discutem.

Sob a ótica dos autores supracitados, na ética, o sujeito age com liberdade, por si mesmo, por meio da perspectiva da subjetividade, mantendo a empatia como aliada. Na moral, o sujeito age pela intersubjetividade, por estar na condição de escravo (sob a ótica psicológica) de um valor divino, cultural e social. Com frequência, o sujeito moral atua movido por força narcisista, que exalta a preocupação consigo mesmo. Inexiste deslocamento psicológico de sofrimento empático, apenas geográfico e sofrimento moral egocêntrico narcísico, emergindo num fluxo estratégico, visando não sofrer pena e nem estar, mais tarde, num lugar de coerção, crítica ou até queimado pelo fogo do inferno para obter algo.

Na visão de Bachelard (1996), é preciso que o sujeito informacional atente para o comportamento do sujeito ético, mesmo quando trabalham em parceria no tocante à tomada de consciência sobre as intenções acerca da construção do objeto científico. O sujeito ético, influenciado por senso de justiça muito rígido, como a militância, em geral, cravejada de paixões, que o faz delirar, devanear e fantasiar na defesa de uma causa, ao exercer seu papel de pesquisador, ao rever tal rigidez e direcionamento cerceador, tende a perceber esses elementos como obstáculo epistemológico.

### 3.2 Responsabilidade, sujeito responsável e responsabilidade social

Silva e Garcia (2017) e Targino e Garcia (2008) revelam que a responsabilidade social no âmbito da Ciência da Informação é qualquer ação que objetiva a melhoria da qualidade de vida de um sujeito na sociedade de hoje. Os primeiros estudos acerca da RS surgem nos Estados Unidos da América, anos 50 (século XX), graças aos esforços de Charles Eliot, Arthur Hakley e John Clarck. Na ocasião, emerge como fenômeno mass media, caracterizando, também, a dinâmica da sociedade da informação. Isso ocorre em decorrência de mutações de caráter social, cultural, político, econômico, científico, sobretudo, tecnológico. Porém, além de estar em evidência na sociedade do conhecimento, em quaisquer segmentos, incluindo o campo científico, a RS emerge por meio de estudos, pesquisas e perspectivas epistemológicas abrigados nos diferentes campos do conhecimento humano, que nutram interesse na gênese e em seu caminho evolutivo.

Logo, percorrer esse interesse significa seguir o caminho terminológico na conceituação e entendimento dos termos para, depois, ver como ocorreu o cruzamento no contexto do léxico especializado da ciência, o que exige retorno às facetas culturais e

tecnológicas da relação que envolve globalização e mudanças técnicas e tecnológicas, industriais e capitalistas. A responsabilidade configura-se, pois, como qualidade em que um sujeito A é obrigado a responder por seus atos, fundamentando a noção de sujeito responsável, mas, principalmente, pelas ações de um sujeito B e/ou de uma coisa confiada a este, ou seja, o sujeito responsável fundamentando a noção de sujeito responsável.

Nesta lógica, a responsabilidade e o sujeito responsável não são atravessados por empatia e/ou ética, mas, sim, pela moral. A responsabilidade é uma qualidade de obrigação e o sujeito responsável é quem põe em prática tal obrigação. O sujeito responsável está mais preocupado com o juízo de valor que a sociedade fará dele, uma vez que deverá dar conta do que lhe foi confiado. Assim, a ligação entre o termo responsabilidade e a terminologia responsabilidade social consiste em ponto de partida, origem, retorno, ou seja, para Normando (2012), a coisa primeira que indica obrigação do sujeito.

Quanto aos aspectos culturais e tecnológicos, a RS surge de sua relação, que reflete, sobretudo, de forma negativa, na tríade sustentável ambiental, social e econômica. Por seu turno, esta intervém diretamente no lugar, na percepção e nos direitos humanos regidos por três dimensões: direitos humanos, civis e políticos; direitos humanos na perspectiva econômica, social e cultural; direitos humanos quanto ao lugar do sujeito numa nova ordem internacional e direitos humanos das futuras gerações (TOSI; FERREIRA, 2014).

Isto é, ações privadas e governamentais incidem sobre a citada tríade, que engloba as dimensões do tempo e do espaço do sujeito, sem intenção de reparar, prevenir, poupar ou preservar a natureza, o social e o sujeito das consequências de reflexos substanciais e simbólicos negativos. Há, então, um movimento de vigilância e denúncias por setores sociais quanto às ações privadas e governamentais que sobrevieram à tríade sustentável ambiental, social e econômica. Vigilância e denúncias dão conta dos atos de agentes sociais e de mecanismos jurídicos e práticos, como ambientalistas, líderes comunitários, relatórios de RS, que contêm princípios éticos e expõem a transparência de iniciativas privadas e governamentais quanto aos acontecimentos registrados em determinado espaço geográfico, social, individual ou recorte temporal, segundo trecho de Ambrósio (2010).

# 3.3 Relações epistemológicas e responsabilidade social

Mencionar os sujeitos civilizados significa dizer que há movimento de variáveis, troca de forças entre elas e, então, sentidos de movimentos e de forças, com o fim de efetivar ou fazer a manutenção da RS. De acordo com a Figura 1, variáveis e sujeitos correspondentes são

representados pela empatia e sujeito empático (vermelho); ética e sujeito ético (turquesa); moral e sujeito moral (preta); responsabilidade e sujeito responsável (roxo); ruptura / ruído e sujeito tácito (prata); informação e sujeito informacional (amarelo). Todos estes elementos estão situados no lado social.

Figura 1 – Variáveis que compõem a responsabilidade social

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

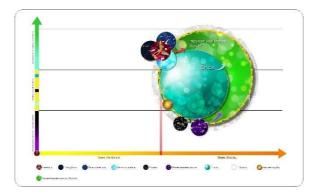
A Figura 1 também evidencia afetividades (azul claro); sentimentos (azul escuro) e emoções (azul marinho), que são forças psíquicas de emersão da empatia (vermelho), metaobjeto e também variável e ponto de partida e chegada da RS. Na visão de Chabet (2004), e de La Taille (1992), as forças psíquicas estão situadas entre o biológico e o social da empatia, o que decorre de a vida psíquica necessitar de equipamento orgânico, o qual demanda intervenção da cultura e da excitação que vem de fora, provocando interesses internos e fazendo surgir a empatia graças à base social.

Para que cada variável efetive ou consolide a RS, é preciso que cada sujeito civilizado correspondente a impulsione. Cada um pode fazer o movimento de manutenção, de forma inconsciente, por meio de delírios, devaneios e fantasias advindos de informações científicas ou do senso comum do pesquisador. Aliás, atentar para a individualidade do investigador acerca do inconsciente e de suas influências significa se posicionar no contexto do novo espírito científico (BACHELARD, 1996; HESSEN, 2003), bem como se conscientizar da operabilidade inconsciente, além de pôr em prática o exercício da ética. Assim, o descortiçamento do objeto científico da relação poder x saber são atravessados por delírios, devaneios e fantasias dos egos dos sujeitos civilizados, aos quais os pesquisadores, em geral, se entregam ao longo da vida, segundo palavras de Teixeira (2001).

Contudo, estar consciente da operabilidade inconsciente e não levar a cabo o descortinamento revela falta de empatia individual e social e simboliza um exercício antiético. Por isso, o sujeito informacional é quem faz a vigilância dos outros sujeitos civilizados, haja vista que é ele quem faz operacionalizar, sobretudo, a ética na pesquisa.

De acordo como a Figura 2, o sujeito informacional (amarelo) atravessa todos os sujeitos civilizados à medida que dá dimensão à responsabilidade social (verde).

Figura 2 – O papel do sujeito informacional para descortinar a responsabilidade social



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Vê-se na Figura 2, que as forças do sujeito moral (preto), sujeito responsável (roxo), sujeito empático (vermelho), sujeito ético e sujeito tácito (prata) são mediadas pelo sujeito informacional (setas amarelas), que organiza as forças e promove a RS no nível mais descortinado do inconsciente, de delírios, devaneios e fantasias. Com efeito, ainda de acordo com Teixeira (2001), na empatia, o sujeito a ela correspondente, quer dizer, o sujeito empático é romântico; na ética, o sujeito ético é justiceiro; na moral, o sujeito moral é egocêntrico; na responsabilidade, o sujeito responsável é rígido e falso; na ruptura / no ruído; o sujeito tácito é incapaz; e, na informação, o sujeito informacional é transparente e arrogante. Apesar do sujeito informacional desempenhar papel fundamental quantos aos outros sujeitos civilizados, é preciso ser cauteloso, porque ele também pode ser deleitante, devaneante e fantasioso.

Tudo ocorre devido às seduções da facilidade marcadas pelo acesso e pelo uso das TIC, sobretudo, da informação, que desenha um sujeito muito iluminada face às luzes da informação e do conhecimento. Tão iluminado que tende a se tornar transparente aos olhos sociais e também arrogante por tanta claridade advinda da detenção de uma gama considerável de conhecimentos. Pesquisadores experientes e iluminados, muitas vezes, não permitem críticas, não abrem mão de lanternas e microscópios do conhecimento e não conseguem ver além de seus feixes de luzes. Contudo, quem faz a vigilância do sujeito informacional e a pertença do pesquisador da vigilância intelectual, crítica e científica, o faz

situar entre luz e escuridão, porque uma depende da outra para existir, segundo Baudrillard (2003) acentua, com propriedade e detalhamento.

Vale ressaltar que o sujeito tácito (prata) é aquele que não consegue formalizar, comunicar ou compartilhar saberes. Ele detém conhecimento – o dito conhecimento tácito – mas é este fundamentalmente subjetivo e introspectivo. Isto é, o ser humano tem consciência dos saberes tácitos, mas algo o impede de instanciar seu conhecimento em informação, ao contrário do conhecimento explícito, que é partilhado e exposto com mais facilidade. Portanto, todo esse panorama traz efeitos sobre variáveis e sujeitos civilizados, como seus movimentos e as trocas de forças entre elas e eles.

O sujeito tácito (prata) atravessa todos as variáveis e, também, os sujeitos civilizados, o que promove ruptura / ruído pelo ASK, num momento ou noutro, o que inclui o sujeito informacional. Assim, ele atua mais como meta-sujeito do que como sujeito civilizado (BELKLIN, 1980; BAUDRILLARD, 2003). Com mais detalhe, é possível perceber na Figura 3, como acontece a troca de forças que acontece conduzida, potencialmente, pelo sujeito civilizado ou pelas parcerias entre eles.

Figura 3 – Troca de forças dos sujeitos civilizados

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O sujeito moral (preto) troca força com o sujeito responsável (roxo) e ambos, sozinhos ou em parceria, promovem a RS. Os dois agem pelas obrigações que lhes são atribuídas e se preocupam com o juízo de valor que um cidadão ou a sociedade fará deles, reiterando Normando (2012). O sujeito empático (vermelho) troca forças com o sujeito ético (azul claro) e ambos, sozinhos ou em parceria, promovem a RS. Revendo Outhwaite e Bottomore (1996), isso acontece porque eles estão juntos numa jornada de troca de percepções inseparáveis de refletir sobre o outro (empatia) e sobre si (ética). Na Figura 4, também é possível identificar

como as variáveis e os sujeitos civilizados se articulam para efetivar a RS, e sobretudo, no que concerne à empatia como ponto de partida e de retorno.

Figura 4 – O retorno à empatia

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em tese, a responsabilidade social parece emergir de ações privadas e governamentais que incidem, tragicamente, sobre a tríade sustentável ambiental, social e econômica (verde, cinza e marrom). Quando o sujeito responsável e o sujeito moral promovem a RS, isto se dá porque alguém de fora percebeu que tais iniciativas estão prejudicando pessoas, grupos e comunidades, o que faz nascer a força empática. Os sujeitos de fora estão situados (in) diretamente na esfera ambiental, social e econômica, sendo um morador local ou agente de uma organização não governamental (ONG). Assim, quando organizações empresariais (particulares ou públicas) jogam resíduos no meio ambiente; exploram o trabalhador; e usurpam o dinheiro público, como as setas laranjas do círculo 1 da Figura 4 demonstram, o sujeito empático posiciona-se e se coloca no lugar psicológico e geográfico do outro, dirigindo força empática para o círculo preto (órgãos privados e governamentais), como as setas vermelhas do círculo 2 da Figura 4 atestam.

Há também sujeitos empáticos situados nas esferas privadas e governamentais, mas sem poder de voz e de ação. Portanto, por meio da força empática, o sujeito empático de fora, que antes se comoveu, passa a articular suas inciativas por meio da ética, da informação e do conhecimento para cuidar das ações privadas e governamentais que aconteceram, a priori, de forma geral, e, a posteriori, individualmente. Assim, estabelece-se parceria com o sujeito ético, que dá dimensão do outro para o eu do sujeito empático, como do sujeito informacional. A depender do caso, este segue pela via de produção e disseminação da informação ou da vigilância do acesso, ou do uso da informação e da análise dos reflexos da informação,

elementos estes situados no âmbito da RS e sempre orientados para a promoção das melhorais individuais e sociais na sociedade da informação.

Tudo isso se aplica à energia empática; à vigilância e aos reflexos de acesso e utilização da informação do sujeito empático sobre a situação efetiva com acionamento do Estado e seus recursos; a algumas instituições, como Green Peace e outras ONGs que detêm certo poder politizado; ou a instrumentos de acompanhamento sistemático, como relatórios de RS, Lei do Acesso à Informação e Declaração Universal dos Direitos Humanos (AMBRÓSIO, 2010; SILVA, GARCIA, 2017; TOSI; FERREIRA, 2014). Quando o sujeito empático opera, os órgãos privados e governamentais junto ao sujeito responsável e a sujeito moral tomam consciência de que não podem continuar com suas ações pois, até então, eles permaneciam apáticos a esses reflexos.

Destaca-se que, tanto o sujeito empático quanto o sujeito ético estão presentes nos órgãos privados e governamentais, mas, até então, nada podiam fazer. Começam a colaborar para a reparação ambiental, social e econômica tão somente por intermédio da conscientização acerca da responsabilidade social. Neste caso, tanto o sujeito moral, quanto o sujeito empático e o sujeito ético, situados nas esferas privadas e governamentais, dão início a algum tipo de apoio, visando à manutenção e à consolidação da RS, ainda que seus líderes sofram o risco de coação e de ameaça de perderem os postos até então ocupados.

# 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade social na Ciência da Informação representa, em sua essência, uma intersecção de informação / acesso / uso e ação de um sujeito que pretende impor melhor qualidade de vida para o outro, nas esferas ambiental, social e econômica. Emerge e se estabelece face a forças protagonistas e à força empática impulsionada pelo sujeito empático, desta vez, posta em prática, tanto pela ética quanto pelo sujeito ético, embora, orientada pela informação e pelo sujeito informacional.

A RS mantém o sujeito moral e o sujeito responsável como orientadores antagonistas em fazer sua manutenção. No que concerne à força empática, é ela impulsionada pelo sujeito empático por meio de fatores externos que fazem a empatia operar desde a base social. Como visto, são eles a produção e a disseminação da informação; a vigilância do acesso e do uso da informação e a análise dos reflexos da informação, sempre orientadas para a promoção de melhorias individuais e sociais no mundo contemporâneo. A orientação exercida pelo sujeito informacional incide também sobre outras forças e seus sujeitos civilizados: a empatia e o

sujeito empático; a ética e o sujeito ético; a moral e o sujeito moral; a responsabilidade e o sujeito responsável; a ruptura / ruído e o sujeito tácito.

Assim sendo, o sujeito informacional suspende a psique, fazendo operar a consciência sobre a operabilidade do inconsciente, de forma a descortinar a individualidade do pesquisador, trazendo à tona, ainda que de forma parcial, os conhecimentos teóricos e o senso comum, ambos estruturados por delírios, devaneios e fantasias dos sujeitos civilizados, ou seja, dos egos que constituem a individualidade do pesquisador em sua condição humana. No entanto, a vigilância sobre o sujeito informacional é feita pela pertença do pesquisador da vigilância intelectual, crítica e científica que o faz situar entre luz e escuridão

# REFERÊNCIAS

ANGLIN, J. M. Modeling conceptual structure. Canadian Journal of Psychology, Montreal, v. 36, n. 3, p. 554-558, Sep. 1982.

AMBRÓSIO, M. Relatórios de responsabilidade social com credibilidade. Portal Administradores, 24 set. 2010. Disponível em: http://www.administradores.com.br/noticias/ negocios/relatorios-de-responsabilidade-social-com-credibilidade/38326. Acesso em: 20 dez. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ATKINSON, L. R.; ATKINSON, R. C.; SMITH E. E.; BEM, D. J; NOLEN-HOEKSEMA, S. Introdução à psicologia de Hilgard. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. A psicanálise do fogo. Lisboa: Litoral, 1989.

BAUDRILLARD, J. A brancura operacional. In: BAUDRILLARD, J. A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELKIN, N. J. Anomalous State for Knowledge as bases for information. The Canadian **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 5, p. 133-143, 1980.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da **Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan. / abr. 2007.



CHABET, C. Psicanálise e métodos projetivos. São Paulo: Vetor, 2004.

GARCIA, J. C. R. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: de volta para o futuro. Informação e Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.12, n.1, p.54-66, 2002.

GARCIA, J. C. R.; FERNANDES, T. F. de S.; SILVA, J. R. da; FERREIRA, Josivan de O. Responsabilidade social: a favor ou contra? Informação & Informação, Londrina, v. 20, n. 1, p. 303 - 318, jan. / abr. 2015.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. Informação & Informação, Londrina, v. 17, n. 1, p.1 -25, jan. / jun. 2012.

HESSEN, J. Teoria do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KARNAL, L. Ética e moral. Publicado pelo canal Claudio Quaresma. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CW8ayAKBVRo. Acesso em: 25 fev. 2019.

KROPOTKIN, P. Apoio mútuo: um fato de evolução. Porto Alegre, São Sebastião: Ed. Deriva, A Senhora Ed., 2012

LA TAILLE. Y. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogênicas em discussão. *In*: DNTA, H. Do ato motor ao ato mental: a gênese da inteligência segundo Wallon. São Paulo: Summus, 1992.

LE COADIC, Y.-F. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LECOURT, D. Para uma crítica da epistemologia. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.

MASINI, E. F. S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação In: FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 61-67.

MAYERNYIK, M. A.; OLIVEIRA, F. A. G. O cuidado empático: contribuições para a ética e sua interface com a educação moral na formação em saúde. Revista Brasileira de Educação **Médica**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 11-20, 2016.

NONAKA I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORMANDO, P. Um breve estudo sobre o conceito de responsabilidade. Intuitivo, Porto Alegre, v.5, n. 2, p. 249-265, nov. 2012.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POLANYI, M. The tacit dimension. London: Routdedge & Kegan Paul, 1966.

RANIERI, L. P.; BARREIRA, C. R. A. A empatia como vivência. Memorandum, Belo Horizonte, v. 23, p. 12-31. out. 2012.

SANTANA, S. R.; MARTINS, E. E.; SILVA, L. F. Mediação social e cultura da informação: acesso e uso das TIC e da informação nos processos de fragmentação da subjetividade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBERO-AMÉRICA E CARIBE, 9., 2016, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/#modal. Acesso em: 28 dez. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan. / jun. 1996.

SCHUTZ, A. Phenomenology of the social world. Evanston: Illinois Northwestern University, 1967.

SILVA, A. C. B. M.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade ética e social do arquivista e a lei de acesso à informação. ÁGORA, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 539-565, jul. / dez. 2017.

TARGINO, M. das G.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade ética e social na produção de artigos científicos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 33-54, jan. / abr. 2008.

TEIXEIRA, T. S. Delírio, fantasia e devaneio: sobre a função da vida imaginativa na teoria psicanalítica. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v.4, n. 3, jul. / set. 2001.

TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G. Educação em direitos humanos nos sistemas internacional e nacional. João Pessoa: EUFPB, 2014. p. 37-63.

VREEKEN, A. Notions of information: a review of literature. **PrimaVera Working Paper**, [S. l.], v. 13, 2002.

### Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

TARGINO, M. G; SANTANA, S. R; GARCIA, J. C. R; SOUZA, E. D. Do Sujeito Empático ao Sujeito Informacional: Relações Epistemológicas Acerca da Responsabilidade Social na Ciência da Informação. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n.3, art. 14, p. 265-282, mai/jun. 2019.

Contribuição dos Autores	M. G.	S. R.	J. C. R.	E. D. Souza
	Targino	Santana	Garcia	
1) concepção e planejamento.	X	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X